

# DISTRITAIOS DIVIDIDOS

Karla Mendes  
Da equipe do Correio

A autorização para a abertura do comércio aos domingos no Distrito Federal vai depender de negociação entre o governador Joaquim Roriz e os deputados distritais. O projeto, enviado à Câmara Legislativa na sexta-feira passada, ainda não tem os 13 votos necessários para ser aprovado na sessão de amanhã, quando deverá entrar novamente na pauta. Oito parlamentares são contra e quatro estão indecisos.

Até agora, apenas 12 deputados distritais declararam ser favoráveis ao projeto do Executivo. Nessa conta está incluído o presidente da Câmara, Edimar Pirineus (PMDB), impedido de votar na sessão pelo Regimento Interno. O deputado César Lacerda (PTB) não estava em Brasília ontem, mas já havia se manifestado a favor da proposta anteriormente. Ou seja, se a posição de Lacerda se mantiver, o governo precisará ainda de mais dois votos.

O projeto chegou a entrar na pauta da sessão extraordinária de sexta-feira mas os governistas tiveram de recuar na hora da votação. A inclusão de um assunto polêmico sem uma discussão preliminar irritaram até deputados que apóiam o governo, como Renato Rainha (PL) — além do projeto do comércio, entrou na pauta a projeto que acaba com a eleição direta para diretores de escolas públicas.

A estratégia do governo será tentar ganhar o voto dos indecisos com o argumento de que novos empregos serão criados. "Os empresários terão de contratar mais gente para conseguir atender os consumidores todos os dias da semana", argumenta o líder do governo, José Edmar (PMDB).

A deputada Anilcéia Machado (PSDB) diz que ainda vai avaliar o projeto mas admite que gosta da idéia. "Vamos ver se haverá prejuízos para os trabalhadores", adianta. Da bancada de oposição, o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB), acredita que a abertura do comércio aos domingos está em sintonia com a vocação turística de Brasília. A sua preocupação é garantir direi-

tos trabalhistas extras para os trabalhadores do setor. "Vou propor emendas", avisa.

Alíder da oposição, Maria José Maninha (PT), pretende forçar uma negociação com a bancada governista para garantir benefícios para os trabalhadores. Ela está programando uma reunião de líderes amanhã, antes da sessão legislativa, para negociar a inclusão emendas ao projeto do governo. "Se não conseguirmos, vamos impedir a votação. A bancada de oposição é contra esse projeto do jeito que está", reforça. A proposta do governo, que só tem um artigo, prevê que o horário de funcionamento do comércio aos domingos será livre. O dia será tratado como outro qualquer da semana.

## CONQUISTAS

É justamente esse ponto que preocupa os parlamentares. A lei não torna necessário o acordo entre os sindicatos de empregados e de patrões. Os comerciários, então, não têm como exigir a continuidade das conquistas adquiridas com a atual legislação que prevê negociação entre patrão e funcionário.

Com isso, o sindicato dos comerciários tem conseguido fechar acordos individuais com os lojistas. No mínimo, os empregados recebem por domingo trabalho hora extra (50%), vale-transporte gratuito, tíquete-alimentação no valor de R\$ 4 também gratuito, comissão mínima de R\$ 10, máximo de seis horas de carga horária e de dois domingos trabalhados por mês; além de folga antecipada. Desde julho o sindicato tem conseguido incluir nos acordos com os trabalhadores a obrigatoriedade dos patrões aumentarem em 20% o quadro de funcionários.

O presidente da Federação do Comércio (Fecomércio), Sérgio Koffes, que ajudou a elaborar o projeto de lei, alega que os direitos trabalhistas serão respeitados e a oferta de empregos vai aumentar. "Para atender a clientela, o comerciante terá de contratar mais funcionários. Além disso as pesquisas mostram que 75% da população é a favor das lojas abertas aos domingos", afirma Koffes.



Caso o projeto seja aprovado, o horário do comércio aos domingos será livre e o dia será tratado como outro qualquer da semana

## A OPINIÃO DE CADA UM

Deputado	Voto	Justificativa
Alírio Neto (PPS)	Indeciso	Quer mais benefícios para os trabalhadores e garantia de criação de mais empregos.
Agrício Braga (PL)	Favor	Vai criar novos empregos.
Anilcéia Machado (PSDB)	Indecisa	É favorável em princípio mas ainda está analisando o projeto.
Pastor Aguinaldo (PSDB)	Contra	Só beneficia empresários. Trabalhadores têm direito de ficar com a família aos domingos.
Adão Xavier (PPB)	Indeciso	Está muito chateado com o governo. Acha que seus projetos estão sendo descartados.
Benício Tavares (PTB)	Favor	Questão de modernidade. Vai gerar mais empregos.
Daniel Marques (PMDB)	Favor	Tem projeto parecido que foi vetado pelo então governador Cristovam Buarque
Cesar Lacerda (PTB)		Não foi localizado por sua assessoria.
Chico Floresta (PT)	Contra	Quer acordo garantindo mais direitos para empregados além dos que estão na lei trabalhista.
Edimar Pirineus (PMDB)	Favor	O comércio deve abrir a hora que quiser.
Gim Argello (PFL)	Favor	Vai criar novos empregos e aumentar arrecadação de impostos.
João de Deus (PDT)	Contra	Proposta só beneficia empresários.
Deputado	Voto	Justificativa
José Edmar (PMDB)	Favor	Oferta de empregos vai aumentar.
José Rajão (PSDB)	Favor	É da bancada do governo.
Jorge Cahuy (PMDB)	Favor	Vai diminuir o desemprego.
José Tatico (PSC)	Favor	Pretende apresentar emendas sobre geração de empregos.
Lúcia Carvalho (PT)	Contra	Legislação em vigor é melhor porque preserva acordo entre as partes.
Maninha (PT)	Contra	Defende inclusão de emendas beneficiando trabalhadores.
Paulo Tadeu (PT)	Contra	Domingo é dia de trabalhador ficar com a família. Não serão criados novos empregos.
Rodrigo Rollemberg (PSB)	Indeciso	Quer emendas garantindo direitos dos trabalhadores mas é favorável à abertura do comércio aos domingos.
Renato Rainha (PL)	Contra	—
Sílvio Linhares (PMDB)	Favor	Vai aumentar arrecadação de impostos e criar empregos.
Wasny de Roure (PT)	Contra	Domingo é dia de ficar com a família. Efeito da proposta na economia é pequeno.
Wilson Lima (PSD)	Favor	Apresentou quatro projetos autorizando a abertura do comércio aos domingos.